



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638639 - SP (2021/0001470-8)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CAMILA PARONETTI SILVA - SP291018
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOAO VICTOR DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOAO VICTOR DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1502267-45.2019.8.26.0537).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos de reclusão em regime inicial fechado e 500 dias-multa, em razão da prática do crime tipificado no art. 33 *caput*, da Lei n. 11.343/2016.

A impetrante sustenta que "a despeito de fixar a pena-base no mínimo legal e aplicar o redutor previsto no art. 33, §4º, da Lei de Drogas, estabelecendo pena não superior a quatro anos, o E. Tribunal de Justiça paulista deixou de eleger o regime aberto, alegando tratar-se de crime equiparado a hediondo e a quantidade e variedade de drogas apreendida – 02 porções de maconha, 36 de crack e 18 de cocaína" (fl. 4).

Requer, liminarmente, seja cessado o constrangimento ilegal. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem, a fim de conceder o regime prisional aberto e de substituir a pena corporal por restrição de direitos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente